

EDITAL n.º 1430/2026

Seleção pública destinada a acadêmicos/acadêmicas de **PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO** de instituições de ensino regularmente conveniadas com a Procuradoria-Geral de Justiça.

A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), **no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 11.788/2008, pela Resolução CNMP nº 42/2009 e pela Resolução PGJ nº 48/2021**, torna público que estarão abertas as inscrições para a seleção pública de estagiário/estagiária de pós-graduação em Direito e à formação de cadastro de reserva, nos termos deste Edital.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O processo seletivo realizar-se-á para a seleção de estudantes de **pós-graduação em Direito**.
2. São pré-requisitos para a nomeação do candidato/da candidata aprovado(a) neste processo seletivo:
 - a) Ser bacharel em Direito;
 - b) Ser estudante de curso de pós-graduação em Direito em instituições de ensino devidamente registradas nos órgãos competentes e conveniadas com a Procuradoria-Geral de Justiça, cujo projeto pedagógico de curso de pós-graduação tenha previsão de estágio;
 - c) Estar regularmente matriculado e em curso de pós-graduação compatível com as atividades a serem desempenhadas na unidade de destino;
 - d) Ter disponibilidade de 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira, de forma presencial com possibilidade de alteração para jornada híbrida.
 - e) Ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário/estagiária do Ministério Público;
 - f) Apresentar requerimento de inativação perante a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
 - g) Não ter exercido, anteriormente, o total de 2 (dois) anos de atividade de estágio de pós-graduação em Direito no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
 - h) Estar apto a cumprir pelo menos 6 (seis) meses de atividades de estágio, levando-se em consideração o disposto no artigo 11 e no §1º do artigo 59 da Resolução PGJ nº 48/2021;
 - i) Não possuir qualquer registro que o/a desabone junto a órgãos administrativos, policiais ou do Poder Judiciário.
3. Questões relacionadas à segurança institucional poderão justificar a realização de diligências destinadas à verificação da vida pregressa e da conduta social do(a) candidato(a).
4. As informações referentes a este processo seletivo serão divulgadas no Portal do MPMG, pelo endereço eletrônico: [Estágios/ Portal](#).

II – DA OFERTA DE VAGAS:

1. A seleção pública regulada por este Edital destina-se ao preenchimento de, na **7ª Promotoria de Justiça – Tribunal do Júri da comarca de Belo Horizonte: 1º Tribunal do Júri**, de 1 (uma) vaga - cargo 77º e à formação de cadastro de reserva, observando-se, para a classificação, o disposto no capítulo VI deste Edital.

2. Fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo às pessoas com deficiência que, no momento da inscrição, declararem tal condição, desde que as atribuições sejam compatíveis com as necessidades específicas do candidato/da candidata com deficiência.

2.1. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá encaminhar, dentro do período da inscrição, para o e-mail estagio-inscricao@mpmg.mp.br, cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e laudo médico que indique a espécie e o grau ou nível da deficiência, com referência expressa ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e à causa da deficiência, devendo constar, ainda, que a condição se enquadra nas hipóteses previstas no art. 4º, e incisos, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações.

2.2. O laudo deverá ter sido expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses anteriores ao término das inscrições, exceto nos casos de deficiência permanente ou congênita, em que será admitido laudo sem limitação temporal, desde que contenha informações suficientes para a plena caracterização da deficiência.

2.3. A Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos – DECA poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação da condição de deficiência por meio de avaliação realizada pelo Departamento de Perícias Médicas e Saúde Ocupacional – DPMSO do MPMG, especialmente quando houver dúvida quanto ao enquadramento da condição declarada.

2.4. Quando a prova constar entre os critérios de seleção, o candidato com deficiência poderá requerer, até o último dia da inscrição, a majoração do tempo ou a adoção de outra condição necessária para a sua realização.”

2.5. Ressalvada a hipótese do item 2.4, o candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

2.6. O não atendimento às disposições desta seção implicará o indeferimento da solicitação de inscrição para vagas reservadas à pessoa com deficiência, permanecendo o candidato inscrito apenas para as vagas de ampla concorrência.

3. Fica reservado o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo aos candidatos que se declararem negros e se enquadrarem nos parâmetros das regras de preenchimento de vagas reservadas a candidatos negros, observando-se, precipuamente, o objetivo da política de ação afirmativa de inclusão social.

3.1. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição na seleção de estágio, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver sido selecionado ou contratado, será imediatamente desligado, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas, civis e penais.

3.3. O candidato que optar por concorrer às vagas reservadas aos negros submeter-se-á a uma comissão de avaliação, que emitirá parecer quanto à veracidade e correção da autodeclaração prestada no ato da inscrição, quanto à condição de pessoa preta ou parda e ao fenótipo do candidato.

4. A convocação de candidatos classificados obedecerá, a cada 10 (dez) candidatos, à seguinte ordem:

- a) O primeiro, o segundo, o quinto, o oitavo, o nono e o décimo candidatos serão admitidos da lista de ampla concorrência;
 - b) O sexto candidato será admitido da lista de candidatos com deficiência;
 - c) O terceiro, o quarto e o sétimo candidatos serão admitidos da lista de candidatos negros.
5. Os candidatos com deficiência ou negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação na seleção, sendo que:
- a) Os candidatos com deficiência ou negros, aprovados dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência, não serão computados para efeito de preenchimento das vagas reservadas;
 - b) Na hipótese de desistência de candidato com deficiência ou negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato classificado na posição imediatamente posterior;
 - c) Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos com deficiência ou negros aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.
6. Após o prazo de inscrição, fica proibida qualquer inclusão ou exclusão de candidato das listas de pessoa com deficiência ou negros.
7. Os candidatos com deficiência ou negros participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima para aprovação exigida aos demais candidatos, em todas as etapas.

III – DO ESTÁGIO:

1. A jornada do estágio será de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, **com disponibilidade para cumprimento de forma presencial a partir do início do estágio, havendo possibilidade, posteriormente, de alteração da jornada para o formato híbrido.**
2. Fica assegurado ao estudante, integrante do programa de estágio do MPMG:
 - a) A realização do estágio em áreas cujas atividades sejam correlatas ao seu curso de formação;
 - b) O recebimento da bolsa-estágio mensal, no valor de R\$ 1.850,00 (mil, oitocentos e cinquenta reais);
 - c) A concessão de auxílio-transporte no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais) por dia estagiado presencialmente;
 - d) A concessão de seguro contra acidentes pessoais;
 - e) O recesso remunerado de 30 (trinta) dias anuais, nos termos da Resolução PGJ nº 48/2021.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. Antes de efetuar a inscrição, o(a) candidato/candidata deverá tomar conhecimento da Resolução PGJ nº 48/2021 e do presente Edital.
2. O MPMG não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de

comunicação ou por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3. O (a) estudante interessado deverá preencher o formulário de inscrição disponível no endereço eletrônico [Edital nº 1430/2026 - 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Belo Horizonte Pós-graduação – Preencher o formulário](#) no período de 17/09/2026 a 25/09/2026.

3.1. A confirmação da inscrição será encaminhada ao candidato, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), imediatamente após o correto preenchimento do formulário eletrônico.

3.1. A confirmação da inscrição será encaminhada ao candidato, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), imediatamente após o correto preenchimento do formulário eletrônico.

3.2. Além de preencher o formulário do item 3, o candidato que optar por concorrer às vagas reservadas aos negros deverá enviar, até o último dia do prazo de inscrição, a autodeclaração disponibilizada no Portal do MPMG ([Modelo de autodeclaracao racial.pdf](#)), devidamente preenchida, assinada e em formato PDF, sob pena de desconsideração do documento, para o e-mail estagio-inscricao@mpmg.mp.br, devendo o assunto do e-mail conter explicitamente o número do edital ao qual o candidato está concorrendo, sendo o documento válido exclusivamente para esse edital.

3. É de responsabilidade do candidato/da candidata informar corretamente os dados pessoais e escolares.

4. Caso declare algum dado incorreto, o candidato/a candidata poderá atualizar a informação, enviando um novo formulário de inscrição.

5. Caso o candidato/a candidata encaminhe mais de um formulário de inscrição, será considerado o último envio dentro do período de inscrição determinado neste Edital.

6. Caso haja alteração de e-mail, telefone ou dados curriculares informados no ato de inscrição, é de responsabilidade do candidato/da candidata mantê-los atualizados, mediante comunicação ao e-mail estagio-inscricao@mpmg.mp.br, a fim de viabilizar os contatos necessários.

7. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação das normas preestabelecidas do certame.

8. A constatação, em qualquer época, de irregularidades, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração na inscrição implicará a eliminação do candidato/da candidata, com o cancelamento da sua inscrição e a anulação dos atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

V – DO PROCESSO SELETIVO:

1. O processo de seleção compreenderá 2 (duas) etapas, quais sejam, **análise curricular e entrevista**.

1.1. A primeira etapa será de valoração de mérito, consistente na análise curricular, de caráter eliminatório e classificatório.

1.1.1. O critério para a avaliação será o de maior pontuação obtida, conforme Ato do CEAF n.º 01/2024.

1.1.2. A avaliação curricular será realizada com base na seguinte pontuação:

- a) Publicação de artigo jurídico: 0,5 (meio) ponto por artigo publicado, até o máximo de 1 (um) ponto;
- b) Monitoria acadêmica: 1 (um) ponto a cada 6 (seis) meses de exercício, até o máximo de 2 (dois) pontos;
- c) Participação em atividades acadêmicas (projetos de extensão, cursos, palestras ou conferências na área jurídica, com carga horária mínima de duas horas): 0,5 (meio) ponto por atividade, até o máximo de 2 (dois) pontos;
- d) Atuação em Núcleo de Prática Jurídica: 1 (um) ponto a cada 6 (seis) meses de participação, até o máximo de 2 (dois) pontos;
- e) Estágio no Ministério Público do Estado de Minas Gerais: 2,5 (dois e meio) pontos a cada 6 (seis) meses de atuação, até o máximo de 10 (dez) pontos;
- f) Estágio em órgãos públicos: 2 (dois) pontos a cada 6 (seis) meses de atuação, até o máximo de 16 (dezesesseis) pontos;
- g) Estágio em empresas privadas: 1 (um) ponto a cada 6 (seis) meses de atuação, até o máximo de 4 (quatro) pontos;
- h) Outras experiências jurídicas (advocacia privada, assessoria jurídica ou funções similares, desde que exijam graduação em Direito): 1,5 (um e meio) ponto a cada 6 (seis) meses de atuação, até o máximo de 6 (seis) pontos.

1.1.3. A publicação de artigo jurídico será atestada mediante apresentação de cópia do artigo integralmente publicado, acompanhada de comprovante de publicação.

1.1.4 Os cursos, palestras e conferências mencionadas na alínea “c” deverão ser comprovados mediante apresentação de certificado de participação, cuja carga horária mínima seja de 2 (duas) horas, emitido por instituição reconhecida, com assinatura ou autenticação eletrônica válida.

1.1.5. Para fins de atribuição de pontuação relativa às alíneas “b”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do item 1.1.2, o candidato/a candidata deverá informar, no currículo, obrigatoriamente, as datas de início e de término de cada atividade, constando, no mínimo, mês e ano. A ausência dessas informações implicará na desconsideração da atividade para fins de pontuação.

1.1.6. A atuação na advocacia privada será comprovada mediante a apresentação de um dos seguintes itens: cópia de 5 (cinco) atas de audiências em que conste o nome do candidato como advogado constituído; cópia de 5 (cinco) peças processuais protocoladas, assinadas pelo candidato como advogado responsável ou coautor; cópia de contrato, com identificação e data, de prestação de serviços advocatícios a clientes; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) com registro de vínculo empregatício em escritório de advocacia ou em setor jurídico de empresa.

1.1.7. Recomenda-se que o candidato/a candidata informe, no currículo, o curso de pós-graduação que esteja cursando ou que já tenha concluído.

1.1.8. O currículo, acompanhado da respectiva documentação comprobatória, deverá ser enviado no formato PDF para o e-mail promotoriajuribh1@mpmg.mp.br, no período de **17/09/2026 a 25/09/2026**.

1.1.9. O candidato/a candidata que não enviar seu currículo e a respectiva documentação comprobatória no prazo estipulado no item anterior será desclassificado.

1.1.10. Somente serão analisados os currículos de candidatos/candidatas que efetuarem previamente a inscrição.

1.1.11. Poderá ser exigida, a qualquer tempo, a complementação da documentação

comprobatória das informações declaradas no currículo.

1.1.12. A constatação de informação falsa no currículo implicará na desclassificação imediata do candidato/da candidata, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas e das sanções penais cabíveis.

1.1.13. **A 7ª Promotoria de Justiça de Belo Horizonte/MG – 77º cargo** será a responsável pelo recebimento, análise e valoração dos currículos, assim como pela análise de eventuais recursos.

1.2. A segunda etapa, de caráter eliminatório e classificatório, será uma **entrevista**.

1.2.1. Na etapa de entrevista, serão atribuídos 10 (dez) pontos, sendo avaliados os seguintes critérios:

- a) conhecimento jurídico sobre a área de atuação (Constituição da República Federativa do Brasil e Tribunal do Júri – legislação material, processual e jurisprudência): 2 pontos;
- a) efetivo interesse e motivação para a realização do estágio: 2 pontos;
- b) raciocínio crítico, capacidade de análise e consciência política e social: 2 pontos;
- c) habilidades comunicativas : 2 pontos;
- d) flexibilidade e capacidade para trabalhar em equipe: 2 pontos,

1.2.2. A etapa de **entrevista** será realizada no endereço Rua Ouro Preto, nº. 703, 8º andar, Belo Horizonte/MG, sendo que os candidatos/as candidatas serão comunicados, no e-mail informado no ato da inscrição, acerca do dia e do horário designados e deverão comparecer na data e local agendados munidos de documento de identidade com foto.

1.2.3. **A 7ª Promotoria de Justiça de Belo Horizonte/MG – 77º cargo** será a responsável pelo agendamento e a realização da entrevista

VI – DA AVALIAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO:

1. Será considerado classificado o candidato/a candidata que obtiver pontuação igual ou superior a 4 (quatro) pontos, na soma dos critérios da etapa de análise curricular.

1.1. Avançarão à etapa de entrevista os/as **7 (sete)** candidatos/candidatas melhores classificados(as) na primeira etapa.

1.2. Caso os candidatos/as candidatas melhores classificados(as) não atendam à convocação para a etapa seguinte, serão sucessivamente chamados os candidatos/as candidatas subsequentes, até que se complete o total de **7 (sete)**.

2. Será desclassificado o candidato(a) que não obtiver 60% (sessenta por cento) da pontuação distribuída na etapa de entrevista

3. Os candidatos(as) serão classificados(as) em ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida.

4. Em qualquer caso de empate, terá preferência o candidato/a candidata que tiver maior idade, assim considerando o ano, mês e dia de nascimento.

5. A relação de classificação atenderá à ordem decrescente da pontuação obtida pelos(as) candidatos/candidatas aprovados(as), observada a aplicação das cotas, nos termos e critérios previstos neste edital, sendo os(as) candidatos(as) nomeados(as) em estrita observância a essa ordem.

6. O resultado parcial e final do processo de seleção será publicado no Diário Oficial do MPMG e divulgado no Portal do MPMG.

VII – DOS RECURSOS:

1. O recurso contra quaisquer atos ou resultados do processo seletivo deverá ser interposto, fundamentadamente, no prazo de 2 (dois) dias úteis subsequentes à publicação no Diário Oficial. O candidato que desejar interpor recurso deve preencher formulário próprio disponibilizado no Portal do MPMG ([Formulário de Recursos](#)) e o enviar, em formato PDF, para o e-mail recursos@mpmg.mp.br.
2. O recurso será encaminhado para apreciação do responsável pela seleção, conforme artigo 20, inciso VII, da Resolução PGJ n.º 48/2021, com cópia para o *e-mail* do candidato/da candidata.
3. O recurso deverá indicar especifica e objetivamente os motivos do pedido de reexame, sob pena de indeferimento sem análise do mérito.
4. O recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.
5. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos ou recursos da classificação definitiva.
6. O não encaminhamento da comunicação nos termos e prazo estabelecidos nesta seção implicará a não apreciação do recurso.

VIII – DA CONVOCAÇÃO E DA NOMEAÇÃO:

1. O candidato/a candidata classificado(a) será convocado(a) em observância da ordem de classificação, conforme disposto no capítulo VI deste Edital.
2. A convocação oficial será feita por *e-mail* pela Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos, mediante solicitação realizada pela unidade.
3. Após a convocação, o candidato/a candidata terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para se manifestar, podendo:
 - a) Aceitar a vaga ofertada;
 - b) Solicitar a reclassificação para o último lugar do cadastro de reserva;
 - c) Desistir do processo seletivo e ser automaticamente excluído do cadastro de reserva.
4. Será considerado desistente o candidato/a candidata que não responder à convocação no prazo estipulado.
5. Caso o candidato/a candidata seja convocado(a) para vaga distinta da prevista no capítulo II, poderá rejeitar a vaga ofertada, sem prejuízo de sua classificação no cadastro reserva.
6. É irretratável a desistência do candidato/da candidata do processo seletivo.
7. Em caso de recusa ou desistência, poderá ser convocado para a vaga o candidato/a candidata seguinte na ordem de classificação.

8. A relação de documentos necessários para nomeação, conforme Resolução PGJ nº 48/2021, bem como as diretrizes necessárias para o devido encaminhamento, serão informadas no momento da convocação.

IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

1. Para a solução de quaisquer problemas relacionados à inscrição ou ao envio da autodeclaração, o candidato deverá entrar em contato pelo *e-mail* estagio-inscricao@mpmg.mp.br.
2. Para esclarecimento de dúvidas sobre o processo seletivo e os critérios de classificação, o candidato deverá entrar em contato diretamente com a unidade responsável pelo processo seletivo, por meio do e-mail promotoriajuribh1@mpmg.mp.br.
3. O prazo de validade desta seleção pública é de **1 (um) ano**, prorrogável por igual período, contado da data da publicação do resultado final da seleção.
4. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato/da candidata, do que determinam as legislações vigentes de estágio, os atos normativos da Procuradoria-Geral de Justiça do MPMG e este Edital.
5. A contratação de candidato/ candidata aprovado(a) dependerá da conveniência para o MPMG.
6. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade responsável pela presente seleção ou pela Diretora do CEAF.

Belo Horizonte, 16 de setembro de 2026

Cássia Virgínia Serra Teixeira Gontijo
Procuradora de Justiça
Diretora do Ceaf

Ana Gabriela Brito Melo Rocha
Promotora de Justiça
Responsável pela Seleção Pública